



# Câmara Municipal de Ubá

## ESTADO DE MINAS GERAIS

INDICAÇÃO N.º 111/2022

Senhor José Roberto Reis Filgueiras  
Presidente da Câmara Municipal de Ubá  
Nesta.

Senhor Presidente,

Os vereadores que abaixo assinam requerem, na forma regimental e após a devida aprovação plenária, o envio de correspondência ao Prefeito de Ubá, Sr. Edson Teixeira Filho, sugerindo-lhe um anteprojeto de lei sobre débitos municipais por meio de pagamentos digitais, tais como Pix e cartões de débito e crédito. Sua instituição facilitará a gestão dos recursos municipais ao agilizar a arrecadação e otimizar a qualidade e desburocratização dos serviços prestados aos cidadãos.

Assim, na expectativa de contar com o apoio dos nobres pares, firmam.

Plenário “Vereador Lincoln Rodrigues Costa”, da Câmara Municipal de Ubá, aos 21 dias de março de 2022.

*Jose Damato Neto*

**VEREADOR JOSÉ DAMATO NETO**

(Professor José Damato)

*Celso Lopes dos Santos*

**VEREADOR CELIO LOPES DOS SANTOS**

*Jane Cristina Lacerda Pinto*

**VEREADORA JANE CRISTINA LACERDA PINTO**

*Jose Carlos Reis Pereira*

**VEREADOR JOSÉ CARLOS REIS PEREIRA**

(José Carlos do Sindicato)

### VOTAÇÃO:

☒ Aprovado ☐ Rejeitado

Por: *Unanidade*

Em: *21/03/22*

*Jose Roberto Reis Filgueiras*  
Vereador José Roberto Reis Filgueiras  
Presidente da Câmara

*Alina Moreira Silva Melo*  
Vereadora Alina Moreira Silva Melo  
1ª Secretária

### ENCAMINHAMENTO:

Of.CMU. *035/2022*

Em: *23/03/22*



# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

## ANTEPROJETO DE LEI Nº /2022

*Institui no Município a possibilidade de acesso a meios e formas de pagamentos digitais para quitação de débitos municipais de natureza tributária e não tributária pelos contribuintes.*

**Art. 1º** É direito do contribuinte municipal de ter acesso a meios e formas de pagamentos digitais para a quitação de débitos de natureza tributária e não tributária no município, como Pix e operações de cartão de débito e crédito.

Parágrafo único: Caracteriza-se grave violação aos princípios da administração pública o agente público que se omitir ou retardar a regulamentação e o fornecimento dos meios necessários a concretude do direito/princípio aqui garantido aos contribuintes.

**Art. 2º** Os encargos e eventuais diferenças de valores a serem cobrados por conta da utilização do cartão de débito ou crédito ficarão exclusivamente a cargo do seu titular.

**Art. 3º** Esta Lei poderá ser regulamentada no que couber, baixando-se as normas que se fizerem necessárias em prazo razoável, observando-se o Parágrafo Único do art. 1º desta lei.

**Art. 4º** As despesas com a execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas, se necessário.

**Art. 5º** Esta Lei entrará em vigor noventa dias após a data de sua publicação.



# **Câmara Municipal de Ubá**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

## **Justificativa:**

Este Projeto que Lei visa autorizar o executivo a realizar cobranças tributárias e não tributárias por meio de operações de crédito e débito e pix.

A medida tem o objetivo de ampliar as possibilidades de pagamento ao cidadão. Não apenas é um problema ao cidadão médio a quantidade de impostos cobrados pelo Poder Público, mas também sua alta burocracia e dificuldade. Hoje, é comum ouvir reclamações de pessoas que não sabem o quanto devem, o que devem, ou como devem pagar seus impostos.

Por meio de operações com cartão de crédito, será possível realizar, também, o parcelamento de alguns tributos e taxas que atualmente precisam ser pagos de uma única vez. Esta medida já está sendo utilizada em outras cidades, como Criciúma, Imperatriz, Campo Grande e Santos. Estes municípios já utilizam metodologia semelhante com sucesso e pontua o crescimento dos meios de pagamento por crédito e débito nos últimos anos.

O presente projeto, entendo, é abstrato e dotado de generalidade, regulando de forma geral direito afeto a todos os munícipes de nossa cidade.